

ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM ASSENTAMENTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE DA PESQUISA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA

DI PIERRO, Maria Clara – USP

GT-18: Educação de Pessoas Jovens e Adultas

Introdução

O sistema de ensino paulista teve um crescimento contínuo ao longo das últimas décadas, observando-se uma tendência à universalização do acesso de crianças e adolescentes ao ensino fundamental, ao lado de um crescimento de oportunidades de ingresso dos jovens no ensino médio¹. A expansão da provisão pública dessas etapas e modalidades da educação básica foi concomitante à intensa urbanização da população, com repercussões sobre as políticas de educação rural. Operando com a premissa de que a população que permanece no campo é residual, os governos paulistas, que na segunda metade da década de 1980 haviam criado programas de nucleação e melhoria das escolas rurais, nos anos 90 promoveram o transporte escolar dos estudantes do campo para as escolas urbanas. Esse processo se intensificou com a municipalização do ensino induzida pela implantação em 1996 do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF)².

As estatísticas educacionais evidenciam o decréscimo no número de escolas e matrículas na zona rural paulista ao longo dos últimos dez anos (Tabelas 1 e 2), mas os dados demográficos revelam que um contingente bem mais numeroso de pessoas que vivem na zona rural participa do sistema de ensino, o que demonstra o processo de urbanização da escolarização da população paulista. Em 2003, por exemplo, enquanto o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)

¹ Em 2004, a taxa bruta de freqüência à escola na da população paulista de 7 a 14 anos alcançou 98,5% e a taxa líquida de freqüência ao ensino fundamental foi de 96,3%. Na faixa etária de 15 a 17 anos, a taxa bruta de freqüência à escola era de 86,9%, e a taxa líquida de freqüência ao ensino médio de 66,5% (Fonte: IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais 2005).

² Em 1995 11,5% dos municípios paulistas se responsabilizavam pelo ensino fundamental; em 2001 82% o faziam. A matrícula no ensino fundamental municipal teve um incremento de 166% entre 1996 e 2002, ano em que as redes municipais de ensino assumiram 32% da matrícula total no ensino fundamental no Estado de São Paulo (Martins et al, 2004).

registrava 160.442 estudantes matriculados em escolas na zona rural no Estado de São Paulo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contabilizava 590 mil estudantes paulistas vivendo no campo.

Tabela 1

São Paulo: Evolução do número de escolas públicas na área rural – 1995/2005

Tipo	Escolas Autônomas					Escolas Unidocentes Vinculadas				
	Estadual		Municipal		Total	Estadual		Municipal		Total
	Ano	N	%	N		%	N	%	N	
1995	660	89,8	75	10,2	735	3157	91,5	294	8,5	3451
2000	314	44,3	601	65,7	915	710	51,1	681	48,9	1391
2005	219	25,4	644	74,6	863	266	27,6	698	72,4	964

Fonte: CIE. SEESP (para 1995 – LDE/CIE; para anos subsequentes, Censo Escolar)

Tabela 2

São Paulo: Evolução das matrículas na educação básica na área rural por etapa e modalidade de ensino -1995/2005

Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação de Jovens e Adultos			Total
		1ª a 4ª séries	5ª a 8ª séries		1ª a 4ª séries	5ª a 8ª séries	Ensino Médio	
1995	8.478	166.091	41.480	8.414	2.468	337	-	227.268
2000	17.405	105.547	48.464	8.326	1.907	1.484	1.488	184.621
2005	22.494	77.659	39.198	22.324	1.252	1.381	1.029	165.337
Variação	+14.016	-88.432	-2.282	+13.910	-1.216	+1.044	-	-61.931
%	+165,5	-53,3%	-5,5	+165,4	-49,3	+309	-	-27,2%

Fonte: CIE. SEESP (para 1995 – LDE/CIE; para anos subsequentes, Censo Escolar)

Nesse percurso, embora seja possível constatar a ampliação de oportunidades de acesso da população rural à educação escolar e eventual melhoria de condições materiais do estudo, acentuou-se o histórico problema da inadequação das bases culturais dos currículos, da organização escolar e das práticas pedagógicas, cuja referência dominante - quando não exclusiva - é a vida urbana (WHITAKER, 1992).

Os assentamentos rurais são focos de resistência às políticas de nucleação e transporte escolar para as cidades, resistência esta vinculada à reivindicação dos movimentos sociais de luta pela terra em favor da permanência e (re)construção de uma rede de escolas no próprio campo, concebida como *locus* de concretização de um

projeto educacional integrado ao universo simbólico e cultural do campesinato e ao seu projeto político de transformação social (Caldart, 1997, 2000; II CNEC, 2004).

Os assentamentos rurais no Estado de São Paulo e a educação

A história da ocupação do território paulista ao longo do século XX foi marcada por freqüentes disputas pela propriedade da terra, dentre as quais se sobressaem os conflitos fundiários que, desde os anos 60, se desenvolveram no Pontal do Paranapanema, envolvendo posseiros, bóias frias e trabalhadores desempregados pela conclusão das obras das grandes hidrelétricas da região. O movimento social pela reforma agrária adquiriu nova configuração no início da década de 1980, quando ocorreram ocupações de terras em várias regiões do Estado, protagonizadas pelo nascente Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e que contou com apoio de setores da Igreja Católica. As primeiras ocupações ocorreram na primeira metade da década de 80, na Fazenda Pirituba, situada nos municípios de Itapeva e Itaberá. Outras ocupações ocorreram em Sumaré, na região de Campinas, onde a interiorização da indústria desencadeou intensa urbanização e atraiu elevado contingente de migrantes de outros estados, boa parte dos quais provenientes do campo, onde haviam sido expropriados da terra.

A intervenção governamental na mediação dos conflitos veio a reboque da demanda dos trabalhadores rurais organizados na luta pelo acesso a terra. O governo estadual, sob a administração de Franco Montoro, definiu uma política fundiária de assentamentos com base no aproveitamento de terras públicas ociosas ou subaproveitadas, mediante a concessão de uso da terra a trabalhadores que a demandavam.

Cabe registrar que a política de assentamento não se confunde com um processo de reforma agrária (que implicaria mudanças de maior porte e impacto socioeconômico), configurando tão somente uma nova modalidade de alocação da população rural *“num contexto preciso de redistribuição da propriedade fundiária, tendo como origem a transferência da população beneficiária e, como consequência, sua necessária readaptação a um novo espaço de vida e de trabalho”* (Bergamasco, 1997). Este modo de ocupação produz uma unidade de sociabilidade marcada pelo sentimento de pertencimento a um espaço geográfico delimitado pelas estreitas relações sociais de vizinhança, compadrio e parentesco, e pelos laços de solidariedade; o assentamento é, assim, um espaço que possibilita a reorganização do modo de vida das famílias.

O assentamento rural conquistado na luta pela terra significa para as famílias de trabalhadores rurais a abertura de novos horizontes de inserção econômica, social e política, e o ponto de partida para novas demandas por direitos e participação. A própria categoria social – assentado/a – é expressão dessa identidade em construção. Neste processo, a educação básica emerge como uma das primeiras demandas da população, relacionada à escolarização e qualificação profissional das novas gerações e também dos jovens e adultos, para os quais se colocam novas exigências de letramento relacionadas à gestão técnica, econômica e ambiental do empreendimento agrícola, à organização sociopolítica dos assentamentos e sua representação perante os poderes públicos.

Estudos sobre o impacto da reforma agrária reconhecem que o contexto dos assentamentos tende a ativar demandas educacionais, favorecendo a escolarização das novas gerações e também das pessoas adultas (Bergamasco et al, 2005; Leite et al, 2004, p. 102). Abramovay e Rua (2001) verificaram que nos assentamentos há uma *“noção muito clara do papel desempenhado pela educação no desenvolvimento pessoal e coletivo, na construção da cidadania e no aumento de oportunidades de realização pessoal e bem estar da comunidade”*; constataram também que os assentados *“atribuem grande valor à educação, em suas diversas acepções, e são capazes de muitos esforços para superar tanto os obstáculos ao prosseguimento de estudos como a baixa qualidade do ensino e as difíceis condições de frequência à escola nos assentamentos”* (p. 94).

Assim como os assentados e as lideranças dos movimentos sociais, também os gestores governamentais e os agentes de extensão rural (sejam eles órgãos governamentais, universidades, organizações não governamentais ou empresas privadas) convergem sobre a necessidade de elevar os níveis de escolarização dos assentados, como requisito para a organização comunitária, o desenvolvimento tecnológico e o êxito econômico dos assentamentos.

Esse é o cenário em que o conhecimento das dimensões e características da demanda e da oferta educacional nos assentamentos da reforma agrária ganha relevância, justificando o estudo cujos resultados são apresentados neste artigo, que privilegia o tema da escolarização de jovens e adultos.

A Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária no Estado de São Paulo

A Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PNERA) foi realizada pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Educação (MEC), por

intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do INEP, com a finalidade de obter um diagnóstico da situação educacional nos assentamentos rurais que subsidiasse políticas de educação do campo. De abrangência nacional, o levantamento foi realizado em fins de 2004 em 5.595 assentamentos rurais de todo o país, distribuídos em 1.651 municípios brasileiros, propondo-se recensear todos os assentamentos legalizados a partir de 1985.

Para uma completa caracterização dos aspectos da demanda e das condições de oferta de educação escolar, foram utilizados três instrumentos de coleta de informações junto a três públicos distintos: professores e dirigentes de escolas situadas nos assentamentos rurais ou em seu entorno imediato; presidentes de associações de produtores rurais; e famílias assentadas. A pesquisa se propôs cobrir as unidades de ensino existentes em todos os assentamentos rurais ou no seu entorno, identificando 8.679 escolas; da mesma forma, foram entrevistados lideranças comunitárias de todos os assentamentos visitados; e, no que se refere à população assentada, foi investigada uma amostra representativa das 524.868 famílias.

No Estado de São Paulo, a PNERA colheu informações em 166 assentamentos localizados em 58 municípios, entrevistando 85 responsáveis por escolas localizadas em 31 municípios (atendendo a 50 assentamentos)³ e 166 lideranças de associações de agricultores assentados. Foi entrevistada também uma amostra de 300 famílias distribuídas em 15 assentamentos (8,9% dos 168 dos assentamentos legalmente constituídos até aquela data), sendo sete criados pelo governo federal e oito pelo governo estadual. Os dados sobre os 1.339 membros dessas famílias permitem inferir as características do conjunto da população assentada no Estado, estimada naquela data em 47.360 pessoas.

Características demográficas das famílias pesquisadas

³ Os dados obtidos pela PNERA foram coletados com critérios que diferem daqueles do Censo Escolar, segundo o qual havia no Estado de São Paulo em 2005 20 escolas públicas em assentamentos rurais, distribuídas em 16 municípios, nas quais estavam matriculados 4.191 estudantes, 55% dos quais inscritos nas redes municipais e 45% na rede estadual de ensino. Quase metade (49%) das matrículas havia sido efetuada nas séries iniciais do ensino fundamental, e uma quarta parte (24,4%) nas séries finais do ensino fundamental. Uma proporção de 15% das matrículas foi registrada na Educação Infantil (e na Pré-Escola em especial), toda ela atendida pelas redes municipais de ensino. O Ensino Médio recebeu menos de 9% das matrículas, concentradas no Pontal do Paranapanema. A educação de jovens e adultos de nível fundamental recebeu apenas 2,5% do total de matrículas.

A distribuição da população assentada por grupos etários (Tabela 3) apresentou 36,4% do total com idades inferiores aos 20 anos. Essa proporção era ligeiramente superior à média estadual, possivelmente em virtude das taxas de fecundidade mais elevadas sistematicamente observadas entre as populações afro-descendentes, de origem rural e com escassos recursos econômicos, das quais provêm majoritariamente as famílias assentadas.

Tabela 3

Distribuição etária da amostra da população assentada no Estado de São Paulo

Faixa etária	Amostra de população assentada						Estado de São Paulo	
	Total	%	Homens		Mulheres		Total	%
			N	%	N	%		
0 a 3 anos	77	5,7	40	52	37	48	2.657.764	6,6
4 a 6 anos	68	5,1	38	56	30	44	1.934.966	4,9
7 a 10 anos	101	7,5	48	48	53	52	2.555.877	6,4
11 a 14 anos	107	8,0	59	55	48	45	2.608.675	6,6
15 a 19 anos	135	10,1	74	55	61	45	3.494.977	8,9
20 a 24 anos	120	8,9	73	61	47	35	3.718.752	9,4
25 a 29 anos	95	7,1	53	56	42	44	3.572.230	9,1
30 a 34 anos	101	7,5	48	48	53	52	3.229.869	8,2
35 a 39 anos	95	7,1	52	55	43	45	3.020.473	7,7
40 a 44 anos	87	6,5	51	59	36	41	2.811.741	7,1
45 a 49 anos	77	5,7	36	47	41	53	2.448.984	6,2
50 anos ou mais	276	20,6	157	57	119	43	7.272.468	18,5
Total	1.340	100,0	730	54,5	610	45,5	39.326.776	100,0

Fontes: PNERA 2004 - Questionário das famílias (INEP). Projeção de população residente do Estado de São Paulo em 01/07/2004 (Fundação SEADE).

De outro lado, a população adulta entre os 20 e 50 anos de idade é proporcionalmente menor que a média estadual, provavelmente em virtude da migração dos jovens para as zonas urbanas em busca de melhores oportunidades de trabalho e renda. O resultado é uma população adulta dos assentamentos relativamente envelhecida, em que um quinto do total tem mais de 50 anos.

No que concerne à distribuição da população por sexo, diferentemente do conjunto da população paulista, em que as mulheres configuram ligeira maioria (51%), a população assentada é predominantemente masculina (54,5%). Na amostra pesquisada, o desequilíbrio entre os sexos é mais acentuado entre os jovens do grupo de

idade entre 20 e 24 anos, o que se deve à maior intensidade do êxodo rural feminino na juventude em busca de melhores oportunidades de estudo, trabalho e matrimônio, fenômeno este já documentado pela literatura específica (Abramovay et al, 2003; Brumer, 2006).

Quanto à composição étnico-racial da população assentada (Tabela 4), a maioria é branca, mas o subgrupo afro-descendente (formado pela agregação de pretos e pardos) representa 43,9%, proporção esta bem superior àquela da média da população paulista, que é de 28,3%; a percentagem de negros entre os assentados é similar àquela dos 20% mais pobres da população paulista (43,5%)⁴.

Tabela 4

Amostra da população assentada e total do Estado de São Paulo por raça/cor

Raça/Cor	Assentados	%	Total	%
Branca	746	55,7	27.729.151	70,5
Preta	134	10,0	1.967.197	5,0
Parda	454	33,9	9.153.230	23,3
Amarela	0	0,0	416.112	1,1
Indígena	5	0,4	58.454	0,1
Total	1.339	100,0	39.326.776	100,0

Fontes: PNERA 2004 - Questionário das famílias (INEP). IBGE. PNAD 2004 (*apud* Fundação SEADE).

O acesso à educação escolar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo

A PNERA identificou e pesquisou as características de 85 instalações escolares situadas na zona rural paulista, localizadas dentro ou nas imediações dos assentamentos federais ou estaduais criados a partir de 1985. Essas 85 escolas estavam situadas em 31 municípios, e atendiam a 50 assentamentos, o que correspondia a 30% do total existente no Estado. O fato de que a PNERA não tenha encontrado unidades de ensino na maior parte dos assentamentos é evidência adicional de que a maioria da população estudantil dos assentamentos paulistas frequenta escolas na zona urbana.

A maioria das unidades escolares que atendiam os assentamentos rurais paulistas era mantida pelo poder público municipal (50%) e estadual (40%)⁵. Uma proporção

⁴ Indicadores de Desigualdade Racial 2004 (http://www.seade.gov.br/produtos/idr/principal_ind2.php).

⁵ Foram registradas apenas sete escolas particulares sem fins lucrativos, sendo duas filantrópicas e cinco comunitárias de iniciativa de sindicato, associação ou movimento de trabalhadores rurais.

expressiva das escolas de Ensino Fundamental mantinha turmas multisseriadas (44,6%), justificadas pelo reduzido número de alunos inscritos em cada série ou ciclo (77%) e pela falta de espaços para distribuir os estudantes em séries ou ciclos (15,4%).

Tabela 5

São Paulo: Matrículas por sexo em escolas de assentamentos e imediações, segundo etapas e modalidades de ensino

Etapas/Modalidades		Escolas	%	Alunos	%	Masc.	%	Fem.	%
Total	Total	85	100	9.873	100	5.292	54	4.581	46
Educ. Infantil	Creche	1	1	14	0	5	36	9	64
	Pré escola	38	45	844	9	429	51	415	49
Subtotal da Educação Infantil		-	-	858	9	434	51	424	49
Ens. Fundamental	Classe alfabetização	4	5	73	1	40	55	33	45
	1ª a 4ª séries	51	60	3.548	36	1.808	51	1.740	49
	5ª a 8ª séries	22	26	2.590	26	1.373	53	1.217	47
Subtotal Ensino Fundamental Regular		-	-	6.211	63	3.221	52	2.990	48
Ensino Médio		15	18	1.495	15	880	59	615	41
Educ. Profissional	Básica	3	4	100	1	72	72	28	28
	Técnica	4	5	425	4	324	76	101	24
Subtotal da Educação Profissional		-	-	525	5	396	75	129	25
Educação de jovens e adultos	Alfabetização	7	8	70	1	35	50	35	50
	1ª a 4ª séries	19	22	281	3	129	46	152	54
	5ª a 8ª séries	7	8	215	2	103	48	112	52
	Ensino médio	4	5	150	2	61	41	89	59
Subtotal da Educação de Jovens e Adultos		-	-	716	7	328	46	388	54
Educação Especial		22	26	68	1	33	49	35	51

Fonte: PNERA 2004 - Questionário das escolas (INEP).

Segundo as informações prestadas pelos responsáveis - diretores, professores ou funcionários -, esses 85 estabelecimentos escolares acolhiam, em 2004, quase dez mil estudantes da Educação Básica (Tabela 5). A maior parte das unidades de ensino e 63% das matrículas se concentravam no Ensino Fundamental, especialmente nas séries iniciais (36%). O acesso à escola no grupo de 7 a 10 anos foi universalizado. O Ensino Médio era oferecido em apenas 18% das escolas localizadas nos assentamentos e imediações, e absorvia 15% do total de estudantes nelas inscritos. A Educação Profissional era oferecida em reduzido número de estabelecimentos, e registrou apenas

5% das matrículas. Somente 1% dos estudantes, dispersos em 26% dos estabelecimentos, inscreviam-se na Educação Especial⁶.

Tabela 6

População assentada em São Paulo: frequência à escola por faixa etária - 2004

Faixa etária	Total	0/3	4/6	7/10	11/14	15/19	20/24	25/29	30/39	40/49	50 ou +
Total da faixa	1.339	77	68	101	107	135	120	95	196	164	276
Frequente	403	0	33	101	104	101	13	10	21	10	10
% da faixa	30	-	48,5	100	97,3	75	11	10,5	10,7	6,1	3,6
Não frequente	996	77	35	0	3	34	107	85	175	154	266
% da faixa	70	100	51,5	-	2,8	25	89	89,5	89,3	93,9	96,4

Fonte: PNERA 2004 - Questionário das famílias (INEP).

As informações prestadas pelas famílias assentadas (Tabela 6) evidenciaram a dificuldade de acesso à educação infantil: não existiam creches e menos da metade das crianças de quatro a seis anos tinham acesso a pré-escolas. Os dados dessa amostra de famílias confirmaram que a escolaridade obrigatória tende à universalização: não foi encontrada qualquer criança de 7 a 10 anos fora da escola; no grupo de 11 a 14 anos, 97,2% dos adolescentes estavam matriculados (uma proporção significativa dos quais já apresentava defasagem na relação idade série ideal). A exclusão educacional se manifesta mais claramente a partir dos 14 anos de idade: $\frac{3}{4}$ dos jovens entre 15 e 19 anos estudavam, mas $\frac{1}{4}$ deles já se encontravam fora da escola, o que pode estar relacionado ao ingresso na força de trabalho, à indisponibilidade de oportunidades adequadas de escolarização na zona rural, ou à combinação destes a outros fatores. O índice de frequência escolar declina acentuadamente a partir dos 20 anos de idade, oscilando entre 10 e 20% da população com idades entre 20 a 39 anos. A proporção dos adultos com 40 anos ou mais que usufruía o direito à educação era irrisória.

Na amostra da população assentada que se encontrava em processo de escolarização (Tabela 7), predominavam as crianças e adolescentes que cursavam o Ensino Fundamental regular. Nesse grupo, 13% dos matriculados nas séries iniciais e mais de $\frac{1}{4}$ dos inscritos nas séries finais já se encontravam defasados na relação idade-série ideal, em virtude de ingresso tardio, reprovações ou interrupção dos estudos. Esse

⁶ Das 22 escolas que atendiam pessoas com necessidades educativas especiais, duas mantinham classes especiais e as demais adotavam a diretriz de inclusão no ensino regular; nenhuma tinha livros em braille, apenas três dispunham de algum serviço de apoio especializado e nove tinham rampas, banheiros adaptados ou outra adequação para facilitar o acesso de deficientes físicos.

fenômeno se acentuava no ensino médio e técnico, em que respectivamente 17,4% e 30% dos estudantes tinham idade maior que 19 anos, superior à ideal para frequência a este nível e modalidades de ensino. Mais uma vez encontramos evidência de que o atendimento a pessoas com necessidades educativas especiais é deficitário, pois a população inscrita na educação especial representava apenas 1,2% do total.

Tabela 7

São Paulo: Frequência escolar dos assentados por nível e modalidade de ensino

Etapa/Tipo	Educ. Infantil		E. Fundamental		Ensino Médio	Ed. Profissional		Educ. Jovens Adultos			Superior	Especial
	Creche	Pré ⁽¹⁾	1ª/4ª	5ª/8ª		Básico	Técnico	1ª/4ª ⁽²⁾	5ª/8ª	Médio		
0 a 3	0	0	0									0
4 a 6	1	28	4									0
7 a 10		4	94	2								1
11 a 14			12	90	2							0
15 a 19			3	30	55	2	7	1	0	1		2
20 a 24				2	6	0	1	0	0	1	1	2
25 a 29					5	0	1	0	1	0	3	0
30 a 34					0	0	1	2	3	4	2	0
35 a 39					1	0	0	2	3	2	1	0
40 a 44								2	1	1	0	0
45 a 49								4	2	0	0	0
50 ou +								9	0	0	1	0
Total (403)	1	32	113	124	69	2	10	20	10	9	8	5
%	0,2	7,9	28,0	30,8	17,1	0,5	2,5	4,9	2,5	2,2	2,0	1,2

⁽¹⁾ Inclui uma criança em classe de alfabetização; ⁽²⁾ Inclui oito pessoas que freqüentavam alfabetização de jovens e adultos. Fonte: PNERA 2004 - Questionário das famílias (INEP).

O grupo de jovens e adultos inscritos na educação profissional (75%) era majoritariamente atendido em escolas agro-técnicas das redes públicas federal ou estadual de ensino⁷, e boa parte dele (58,3%) participava do Programa Jovem Empreendedor⁸.

⁷ O Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPEPS administra 134 Escolas Técnicas Estaduais (ETEs) e 30 Faculdades de Tecnologia em 113 cidades no Estado. Várias ETEs oferecem habilitações relacionadas às atividades agropecuárias (agricultura, agricultura familiar, agrimensura, agroindústria, gestão de empresa rural, produção agropecuária, piscicultura) e algumas Faculdades formam tecnólogos para agro-negócio, cooperativismo e associativismo.

⁸ Criado em 1996, o Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais atende jovens de 14 a 21 anos com escolaridade mínima de 8ª série do Ensino Fundamental, provenientes da agricultura familiar, em cursos de qualificação profissional. Resulta de parceria entre o CEETEPEPS e a Escola Superior de

A maioria das pessoas que compunham o reduzido grupo de assentados que cursavam o ensino superior tinha idades superiores aos 25 anos, o que também denota trajetórias de escolarização descontínuas. Nessa amostra, a proporção de pessoas que cursou ensino técnico ou superior é irrelevante, o que significa que esses assentamentos não possuem recursos humanos próprios qualificados a desempenhar as funções sociais e econômicas básicas ligadas à saúde, educação⁹, defesa de direitos, gestão ambiental, produção agropecuária, administração de cooperativas, etc.

A escolarização dos jovens e adultos assentados

Os dados coletados junto às famílias assentadas no Estado de São Paulo projetam uma população jovem e adulta com 18 anos ou mais de idade superior a 31 mil pessoas, a maioria das quais possui pouca escolaridade: 12% eram analfabetos absolutos e 40% tinham no máximo quatro anos de estudos (podendo ser classificados como analfabetos funcionais).

Tabela 8 - São Paulo: Analfabetismo na população de 15 anos ou mais, por idade e situação de domicílio

Faixa etária	Analfabetismo em São Paulo ⁽¹⁾		Amostra dos assentados paulistas ⁽²⁾		
	Pop. total	Pop. rural	Total	Analfabetos ⁽³⁾	%
15 anos ou +	4,6%	10,3%	986	117	11,9%
15 a 19 anos	0,8%	0,8%	135	0	-
20 a 24 anos	0,9%	3,2%	120	1	0,8%
25 a 29 anos	1,5%	-	95	1	1,0%
30 a 39 anos	3,4%	10,9%	196	6	3,0%
40 a 49 anos	4,3%	15,4%	164	13	7,9%
50 a 59 anos	6,6%	15,4%	130	26	20,0%
60 anos ou +	15,8%	42,1%	146	70	47,9%

Fontes: (1) Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 2003. SEADE; (2) PNERA 2004 - Questionário das famílias (INEP); (3) Pessoas que declararam não saber ler ou escrever, tendo ou não freqüentado escolas no passado.

Agricultura Luiz Queiroz da Universidade de São Paulo. Adota a Pedagogia da Alternância e assessora a formação de jovens como empresários rurais capazes de dirigir seus próprios negócios de forma competitiva e sustentável, aumentando o nível de renda de suas famílias e contribuindo com o desenvolvimento de suas comunidades. Em 2007 possuía seis núcleos localizados nos municípios de Rancharia, Presidente Venceslau, Maracá, Presidente Bernardes, Promissão e Peruíbe.

⁹ Menos de 5% das famílias mencionaram conter entre seus membros pessoas que exercem a ocupação de professor(a), metade dos quais trabalham no próprio assentamento, e outra metade na cidade.

O índice de analfabetismo registrado na amostra de assentados com idade superior a 15 anos – 11,9% - é superior à média da população rural do Estado (Tabela 8), o que se deve, sobretudo, à elevada proporção de pessoas que não sabem ler ou escrever pertencentes aos grupos de idade com mais de 50 anos; nos grupos com menos de 50 anos, a proporção de analfabetos na amostra da população assentada é menor que aquela da população rural paulista.

Dentre os jovens e adultos que não estudavam por ocasião da Pesquisa, a escolaridade predominante era o primeiro segmento do ensino fundamental (40%), nível mais elevado de estudos alcançado pela maioria das pessoas entre 25 e 49 anos (Tabela 9). Na população com 15 anos ou mais, a proporção de pessoas que não teve acesso a qualquer estudo sistemático é equivalente à das pessoas que estudaram até o ensino médio; o analfabetismo, porém, está fortemente concentrado no grupo de idade mais elevada (50 anos ou mais), enquanto que o acesso ao ensino médio está distribuído entre os jovens e os adultos.

Tabela 9

Escolaridade dos assentados com mais de 14 anos que não freqüentavam escolas

Maior grau de ensino freqüentado	Total	%	15-24	%	25-49	%	50 ou +	%
Total	821	100	141	17,2	414	50,4	266	32,4
Nunca freqüentou escolas (inclui creche informal)	137	16,7	1	0,8	25	18,2	111	81,0
1ª a 4ª séries do Ens. fundamental (regular ou EJA)*	333	40,5	22	6,6	186	55,8	125	37,5
5ª a 8ª séries do Ens. fundamental (regular ou EJA)	205	24,5	50	24,4	139	67,8	16	7,8
Ensino profissional de nível básico	3	0,4	0	-	2	66,6	1	33,3
Ensino médio (regular ou EJA)	133	16,2	64	48,1	57	42,8	12	9,0
Ensino profissional técnico	7	0,9	3	42,8	3	42,8	1	14,3
Ensino superior	2	0,2	0	-	2	100	0	-
Educação especial	1	0,1	1	100	0	-	0	-

* Inclui classe de alfabetização, de crianças ou adultos.

Fonte: PNERA 2004 (Questionário aplicado à amostra das famílias).

Para atender uma demanda potencial tão extensa, ao menos 22% dos estabelecimentos situados nos assentamentos e no seu entorno tinham alguma oferta de educação escolar para jovens e adultos, mas a matrícula total dessa modalidade representava apenas 7% do total (Tabela 5).

Apesar do elevado percentual de analfabetismo, na amostra pesquisada foram encontrados apenas oito adultos em processo de alfabetização (Tabela 7), todos com mais de 40 anos de idade: 87,5% freqüentavam grupos do Programa Brasil Alfabetizado

e 12,5% turmas do Programa Alfabetização Solidária. Segundo os registros da PNERA, nenhum dos programas nacionais de alfabetização tem expressão nos assentamentos rurais paulistas, uma vez que apenas sete das 85 unidades de ensino realizavam alfabetização de jovens e adultos (Tabela 5), dispersando-se entre os programas Brasil Alfabetizado, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Alfabetização Solidária e outras iniciativas municipais ou de organizações sociais.

A matrícula na educação de jovens e adultos, que acolhia uma população distribuída nos diferentes grupos de idade, representava menos de 10% da população estudantil (Tabelas 5 e 7), proporção similar à média nacional¹⁰.

A Pesquisa identificou 16,3% dos 1.067 docentes atuando na educação de jovens e adultos em 31 das 85 escolas de assentamentos, a ampla maioria dos quais devidamente habilitados nos níveis médio ou superior (Tabela 9).

Tabela 9

São Paulo: Presença de docentes por nível de formação, segundo etapa da Educação de Jovens e Adultos, em escolas de assentamentos - 2004

Etapa	Escolas		E. Fundamental		Magistério		Outro Médio		Pedagogia		Licenciatura	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Alfabetização	7	3,1	1	14,3	2	28,6	0		0	-	2	28,6
1ª a 4ª	19	8,4	0	-	5	26,3	2		1	5,2	5	26,3
5ª a 8ª	6	2,6	0	-	1	16,6	0		1	16,6	3	50,0
E.Médio	5	2,2	0	-	0	-	0		1	20,0	4	80,0
Subtotal	31	13,8	1	3,2	8	25,8	2		3	9,7	14	45,1

Fonte: PNERA 2004 - Questionário das escolas (INEP).

A reduzida frequência à escola na idade adulta é problemática, se considerarmos os baixos índices de escolarização que essa amostra da população assentada apresentou. A Pesquisa oferece evidência de que as oportunidades de escolarização na idade adulta são insuficientes, pois dentre as razões pelas quais uma parcela da população assentada (12,5%) critica as escolas localizadas nos assentamentos, consta a insuficiência de vagas para os jovens e adultos.

¹⁰ As matrículas na educação de jovens e adultos representaram 10,2% do total da educação básica no Censo Escolar 2006; quando consideradas apenas as matrículas na educação de jovens e adultos presencial, o percentual era de 8,8%.

Para suprir serviços públicos insuficientes ou satisfazer necessidades específicas de formação, cerca de 40% das comunidades pesquisadas mantinha iniciativas de educação não formal, preponderando aquelas voltadas ao ensino religioso, alfabetização de jovens e adultos, capacitação agrotécnica de curta duração ou outros cursos livres.

Uma visão panorâmica da escolarização nos assentamentos rurais paulistas

A PNERA delineou um painel da educação escolar nos assentamentos rurais paulistas que pode ser assim resumido: as condições físicas de estudo eram razoáveis, os estudantes tinham acesso aos programas de assistência, a maioria dos docentes possuía a habilitação requerida pela legislação, mas as escolas dispunham de poucos recursos para enriquecer o currículo e as práticas pedagógicas, cuja referência dominante continuava a ser a cultura urbana. Desse retrato da educação escolar ressaltamos três características das políticas educacionais e das práticas pedagógicas vigentes.

Se os dados da PNERA revelaram uma melhoria relativa nas condições de ensino e estudo no campo (quando comparadas a outras regiões do país e ao passado recente), é fato que, décadas depois da lei que ampliou o ensino obrigatório para oito anos, a maioria das escolas de assentamento não oferece o Ensino Fundamental completo e tampouco as condições de ensino e aprendizagem são equivalentes às unidades de ensino situadas nas zonas urbanas, o que fere o princípio constitucional de igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

Aflora a evidência de que as políticas públicas das últimas décadas que privilegiam o transporte escolar dos estudantes para as escolas urbanas em detrimento da escolarização na zona rural predominam também nos territórios reformados, de modo que a oferta escolar nos assentamentos paulistas ou em seu entorno geográfico só é significativa nas séries ou ciclos iniciais do Ensino Fundamental. O fato de que essa seja a única etapa da educação básica em que o acesso se aproxime da universalização é indicativo adicional de que a democratização das oportunidades educacionais na zona rural depende fortemente da ampliação da oferta escolar no próprio campo.

Exceção feita ao primeiro segmento do Ensino Fundamental, a oferta de escolarização nos assentamentos ou no seu entorno é deficitária em todos os níveis e modalidades escolares, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, passando pelas modalidades da Educação Especial, Profissional e de Jovens e Adultos, o que impõe o deslocamento diário ou a migração para as cidades para fruir o direito a uma educação

que, na maioria das vezes, não contribui para a formação de recursos humanos preparados para o desenvolvimento rural sustentado ou para a construção/manutenção da identidade sociocultural da juventude do campo, incentivando o êxodo rural. O fato de que a maior parte dos adolescentes, jovens e adultos assentados seja obrigada a realizar seus estudos em escolas urbanas não só contraria a legislação e normas vigentes (que asseguram às crianças e adolescentes o estudo próximo à residência, em escolas com organização adequada, currículo relevante e práticas pedagógicas significativas), como entra em contradição com os projetos de formação humana das novas gerações e as aspirações de mudança nas relações político-econômicas, socioculturais e ambientais dos movimentos sociais do campo. Também inviabiliza a participação das famílias assentadas na gestão escolar, seja porque as escolas rurais têm pouca autonomia ou porque, devido à distância, as famílias não conseguem participar da gestão das escolas urbanas.

Essa contradição reaparece diante do terceiro resultado proporcionado pela análise dos dados da PNERA sobre as escolas dos assentamentos, relativo à persistência e dominância de concepções e práticas pedagógicas orientadas por visões dicotômica e hierárquica dos espaços urbano e rural que orientam os currículos e práticas pedagógicas na direção do modo de vida urbano, mantendo a escola afastada da história, da cultura, do trabalho, do ambiente e dos projetos de mudança política e econômica dos protagonistas da reforma agrária, que são as famílias assentadas e os movimentos sociais que elas organizam¹¹.

Indicações para a democratização da educação escolar nos assentamentos paulistas

Os dados da PNERA 2004 oferecem numerosas “pistas” sobre iniciativas e políticas educacionais que podem, no Estado de São Paulo, impulsionar a democratização de oportunidades educacionais nos assentamentos rurais, a começar

¹¹ As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2002 não são conhecidas pelas educadoras das escolas nos assentamentos rurais paulistas: 38% dos entrevistados afirmaram “*conhecer de ouvir falar*”, apenas 21% “*já leram*” e 41% admitem desconhecer completamente as Diretrizes. Dentre a minoria que conhece a norma, $\frac{3}{4}$ afirmam que ela é seguida no todo ou em parte, mas $\frac{1}{4}$ reconhecem que a mesma não é considerada no planejamento escolar. É provável que o predomínio de dirigentes, coordenadores e professores oriundos da zona urbana e com pouca experiência na docência com alunos do meio rural influa no fato das escolas dos assentamentos ainda estarem longe de adquirir uma identidade com a especificidade dos sujeitos sociais que aí vivem.

pela ampliação na própria zona rural do atendimento na educação infantil, educação especial e educação de jovens e adultos, etapas e modalidades que apresentam os maiores déficits de cobertura. A Pesquisa mostrou ser necessário, também, ampliar as oportunidades educacionais para os adolescentes e jovens, proporcionando acesso às séries finais do ensino fundamental e ao ensino médio (geral e profissionalizante) na própria zona rural, dando preferência a alternativas de organização escolar que reduzam a tensão entre educação e trabalho, como o regime de alternância e a concessão de bolsas de estudos. O desenvolvimento equitativo e sustentado dos territórios reformados requer, também, a ampliação de oportunidades de acesso da população assentada ao ensino superior, mediante ampliação do PRONERA, direcionamento específico do PróUni e concessão de bolsas de estudo, preferencialmente nas carreiras destinadas à formação de recursos humanos necessários aos assentamentos (educação, saúde, ciências agrárias, meio ambiente, administração, etc.).

Não basta, entretanto, garantir apenas o acesso formal na própria zona rural; trata-se de conferir maior qualidade e pertinência à educação infantil, ao ensino fundamental e médio de crianças, jovens e adultos, mediante: a ampliação e melhoria da rede física, infra-estrutura e equipamento das escolas; a formação continuada de professores direcionada para a contextualização curricular e adequação da organização escolar; a concessão de prioridade aos assentados no recrutamento de profissionais da educação; a promoção da gestão democrática, concedendo maior autonomia às escolas rurais, incentivando a criação de grêmios estudantis e a participação das famílias.

Para que as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo sejam levadas à prática, é necessário, preliminarmente, que elas sejam difundidas e conhecidas. Também se faz necessária a criação de uma instância responsável pelas diretrizes político-pedagógicas da educação do campo na Secretaria de Estado da Educação, devidamente articulada aos organismos federal (INCRA) e estadual (ITESP) de desenvolvimento dos assentamentos rurais, às secretarias de educação dos municípios em que há assentamentos, bem como aos movimentos sociais organizados e às redes de pesquisadores do tema nas universidades.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. **Companheiras de luta ou coordenadoras de painelas**: as relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília : UNESCO, 2001.

- ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; SILVESTRO, M. L.; et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura**, São Paulo, 50 (1): 11-24, 2003.
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; SOUZA, V. F.; CHAVES, T. A. B. A formação escolar em assentamentos rurais: desafios para as novas gerações. IN: FERRANTE, V. L. S. B.; ALY Jr., O. (orgs.) **Assentamentos rurais: impasses e dilemas** (uma trajetória de 20 anos). Brasília : INCRA, Araraquara : UNIARA, 2005. p. 389-404.
- BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: **Anales del VII Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2006**, Quito (Equador). Disponível em www.iica.org.uy
- CALDART, R. S. **Educação em movimento**: Formação de educadoras e educadores do MST. Petrópolis, Vozes, 1997.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis, Vozes, 2000.
- CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2ª. **Declaração final**: Por Uma Política Pública de Educação do Campo. Luziânia, 2004, 6 p.
- CASTRO, C. R. et al (Coords.) **Guia da reforma agrária em São Paulo**: introdução às questões agrárias e fundiárias do Estado de São Paulo. São Paulo: Incra, 2005.
- DI PIERRO, M. C. **Situação educacional dos jovens e adultos assentados no Brasil**: uma análise de dados da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária. In: XXIX Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação, 2006, Caxambu. XXIX Reunião Anual da ANPEd: Anais 2006. Rio de Janeiro: ANPEd, 2006.
- IOKOI, Z. M. G. et al. (orgs.) **Vozes da terra**: histórias de vida dos assentados rurais do Estado de São Paulo. São Paulo, Fundação ITESP, 2005.
- LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília : IICA; São Paulo : UNESP, 2004.
- MARTINS, A. M.; OLIVEIRA, C. de; BUENO, M. S. S. **Descentralização do Estado e municipalização do ensino**: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- RAMOS, M. N.; MOREIRA, T. M.; SANTOS, C. A. **Referências para uma política nacional de educação no campo**: caderno de subsídios. Brasília, MEC/SECAD, fev. 2004.

- SAMPAIO, C. E. M.; MOLINA, M. C. (coords.). **Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PNERA)**: versão preliminar. Brasília: MEC/INEP, MDA/INCRA/PRONERA, abril 2005, 157p.
- SILVA, L. H.; MORAIS, T. C. de; BOF, A. **A educação no meio rural no Brasil**: revisão da literatura. Brasília, 2003, mimeo.
- SOARES, Edla de Araújo Lira. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo (Parecer CEB/CNE 36/2001). Brasília : MEC/SECAD, 2002.
- VASCONCELLOS, E. A. de. Transporte, Escolarização e Política Educacional Rural. **Cadernos de Pesquisa**, 55. São Paulo, 1985.
- WHITAKER, D. O rural urbano e a escola brasileira: ensaio de interpretação sociológica. **Travessia**, vol. 5, n. 12, p. 30-35, jan/abr 1992.